

Joviniano Soares de Carvalho Neto

O modo como me apresentaram: presidente do Grupo Tortura Nunca Mais – Bahia, Ex-Presidente do Comitê Brasileiro – Núcleo da Bahia e do Comitê de Anistia e Direitos Humanos, Ex- Coordenador da Comissão Estadual da Verdade da Bahia, define uma responsabilidade e local de fala. Falar, pelas vítimas e resistentes à Ditadura. Devo falar algo disso. Do que sofremos, enfrentamos e vencemos. Ajudamos a história a avançar, mas é muito importante mostrar como este avanço foi limitado, parcial e nos colocou diante de um conflito de narrativas, sobre se houve ou não o golpe, houve ou não Ditadura, ocorreu um golpe contra a democracia ou um movimento que atendeu a um clamor popular para defender a Democracia contra a corrupção e o comunismo.

- RELEMBRANDO ALGUNS FATOS

Reconstituindo a história, temos alguns fatos sobre a Ditadura: o golpe militar que se iniciou no dia 31 de março, venceu em primeiro de abril e foi homologado, pelo Congresso, na madrugada do dia 02, a partir de uma fraude. O Presidente do Senado declarou vago o cargo de Presidente, alegando que ele teria saído do país, sem autorização, quando tinha, em mãos, declaração de que se encontrava no país tentando organizar a resistência. No momento, a fraude foi denunciada aos gritos de “canalha”, pelo moderado Tancredo Neves (1) e, depois, muitos anos depois, em 2013, o Congresso anulou a sessão fraudulenta e recebeu o corpo de Jango com honras de Estado.

Aí cabe colocar uma característica da Ditadura brasileira, que se chama de “excepcionalidade brasileira”, a qual dá base a versões que continuamos enfrentando. Diferente da Ditadura do Chile e da Argentina, por exemplo, a do Brasil procurou fazer tudo dentro das instituições e das leis. Manteve o Congresso e as Assembleias Legislativas funcionando, mas com cassações de mandato, fechando de vez em quando o Congresso. Todos os generais presidentes foram eleitos – Medici chegou a exigir que o Congresso, fechado após o AI5, fosse reaberto para elegê-lo. Foram realizadas eleições, mas não havia eleições diretas para Presidente, Governador, Prefeito de capitais e municípios de “Segurança Nacional”; as leis eram mudadas, no que chamávamos de “casuísmos”, para garantir a vitória do partido que apoiava o governo. O Judiciário foi mantido, mas os crimes políticos foram transferidos para a Justiça Militar e, a maior prova da Ditadura, os atos que o Presidente fazia em nome da revolução não podiam ser julgados pela justiça. Desde o começo, no que Castelo Branco denominou “operação limpeza”, houve desmantelamento de sindicatos, invasões de universidades, expulsão de estudantes, demissões, violações e torturas.

\*Fala no “Ato sobre o Regime de 1964, os deveres da Memória e da Justiça, “Salvador Faculdade de Economia da UFBA, 12/04/2019”

A tortura sempre existiu no Brasil. Eles utilizaram velhos métodos de torturas: espancamentos, queimaduras com cigarro, pau de arara e avançaram na tecnologia (máquinas de choque vindas dos Estados Unidos, Geladeira, Cadeira do Dragão). O fato das torturas não terem sido punidas, manteve naturalizada a tortura que ocorre até hoje. A censura proibia muita coisa, inclusive, se dizer que havia censura. Na história do Brasil houve muitos conflitos, com muito sangue e muitas mortes. Mas, foi a Ditadura Militar quem introduziu, no Brasil, a figura de “desaparecido político”. Pessoas que sabíamos que foram presas, sabíamos que muitas foram torturadas, sabemos que muitos foram mortos depois de presos, o que contrariava as leis de guerra definidas pela Convenção de Genebra. Por isso, Claudio Guerra, policial que assume ter matado e incinerado corpos, chama seu livro de “Memórias de uma Guerra Suja”(2), mas a morte dos desaparecidos não foi reconhecida, os corpos nunca foram entregues as famílias para serem enterrados. As mortes não foram reconhecidas por vários motivos: 1) não havia justificativa por muitas, ainda que muitas execuções foram apresentadas como atropelos e confrontos 2) havia interesse em esconder, da população, a notícia de que havia uma guerrilha no Brasil.

Dentro dos desaparecidos políticos alguns nunca pegaram em armas. Estamos homenageando, hoje, um estudante desta Faculdade que decidiu pegar em armas para derrubar a ditadura. Foi para o Araguaia com o amor de sua vida, a sua esposa Dinaelza (3). Seus familiares inclusive filiados ao GTNM-ba., ate hoje, lutam para encontrar seus corpos. E exercer o direito de enterrá-los. O direito, superior aos desejos do Estado, de enterrar os seus mortos, é dos mais antigos direitos proclamados. Foi defendido por “Antígona”, tragédia de autoria de Sofocles, encenada, na Grécia, 440 anos antes de Cristo, há mais de 2.400 anos.

Temos muitas fotos e documentos sobre a ditadura, apesar de negativa das Forças Armadas de abrirem seus arquivos.

- ENFRENTANDO DO “REVISIONISMO”

Mas porque estamos aqui? Em muito pela proposta de Bolsonaro de comemorar, depois rememorar, o 31 de março, por vídeo difundido pelo Planalto e por filme negando o golpe e defendendo o movimento militar. Fernando Henrique Cardoso disse que Bolsonaro dizia que não foi golpe porque não estava lá (4). É uma meia verdade. Aliás, a versão revisionista se apoia em várias meias verdades. De fato, em 31 de março de 1964, Jair Bolsonaro acabara de completar 9 anos. O que ele sabe da Ditadura foi de ouvir dizer. Este é o problema. Ele se forma na Academia Militar em 1977, quando a Ditadura exercitava o que dizia ser uma “lenta, gradual e segura distensão”. Passou para a reserva em 1988, com 33 anos.

Desde o fim da Ditadura, nós, dos movimentos humanos, da luta pela anistia, denunciemos, criticamos, mas nunca se conseguiu, que os livros da história das Academias Militares mudassem sua versão sobre o que aconteceu em 1964. Sucessivamente, instituições e organizações que apoiaram o golpe, reconheceram, publicamente, o erro. Mas, as Forças Armadas não. E

sustentam uma versão que, agora, reaparece nestas declarações. Vocês imaginam uma Academia de Policiais ou Militares na Alemanha, defendendo o nazismo? Na Alemanha, desde a primeira escola, os alunos aprendem que o nazismo foi um imenso erro e Museus os lembram. No Brasil, depois da transição, negociada e dentro das instituições, nós não conseguimos incluir toda a sociedade na avaliação da Ditadura. Nas palestras, que damos em Escolas secundárias, inclusive no mês passado, os alunos se surpreendem quando ouvem a história da Ditadura.

Isto permitiu a permanência destas versões comemorativas. Pesquisa do Datafolha nos dá indícios da situação. A manchete da FSP foi “para a maioria da população, golpe de 1964 deveria ser desprezado diz Datafolha”(5). Pela pesquisa, 57% diziam que a data não deveria ser comemorada. Mas, 36% achavam que devia, sim, ser comemorada. Quando, se olha com mais detalhe, se verifica que entre os menos instruídos e com menores salários seria maior o percentual dos que achavam que devia ser comemorada, que 61% dos partidários do PSL e até 28% do PT, achavam que deveria ser comemorada. Dentre os eleitores de Bolsonaro, 49% comemorariam e 20% dos de Fernando Haddad também.

A colocação do tema em pauta pelos que pretendem revisar ou negar, a história nos oferece uma oportunidade de divulgar a história, enfrentar e rebater as versões. É verdade que houve um clamor popular. Milhares saíram às ruas contra Jango e a “ameaça” comunista. Mas, nunca foram a maioria da população. Pesquisa IBOPE, de março de 1964, demonstrou que, cerca de 50%, apoiariam um candidato de Jango à presidência, isso em época em que não existia o 2º turno. 67 % das pessoas apoiavam a Reforma Agrária, um dos motivos que mobilizou para o golpe. As eleições para governador não eram no mesmo ano. Em 1965, das realizadas, a oposição venceu em dois Estados chave para o golpe. Minas e Guanabara, o que levou ao AI-2 e à suspensão das eleições para governador. Sucessivos casuísmos e intervenções procuravam enfrentar o fato de que, para eles, o povo não sabia votar. É verdade que a grande imprensa, a exceção de Última Hora, apoiou o golpe. Mas, é verdade que a imprensa esquerdista foi dizimada e que a grande imprensa, durante a ditadura, foi se afastando dela. Até a Globo, anos depois, no Jornal e na TV, reconheceu o erro. É verdade, que muitas instituições, mobilizadas pelo comunismo, a partir de uma estratégia cientificamente montada (6), com o apoio de empresas conservadoras e com financiamento norte americano, apoiaram, inicialmente o golpe. Mas, é verdade que, ao perceberem as características da ditadura, se mobilizaram contra ela e até estiveram na frente da luta pela “redemocratização”. A OAB e a CNBB (Igreja Católica) são os maiores exemplos. Sem contar que entre advogados e religiosos, muitos foram vítimas e estes e outros estiveram na resistência à ditadura desde o começo.

Quanto aos estudantes, a UNE foi incendiada em 1964 e foram alvo permanente da repressão e atores na luta contra ela.

Quanto ao “comunismo”, ocorreu uma reação às mudanças propostas pelas “Reformas de Base” – uma argumentação sempre utilizada contra as propostas de transformação social. São alguns

elementos, que colocamos para o necessário enfrentamento das versões revisionistas e para incluir a verdade histórica na memória de toda a população.

## NOTAS

- 1) Os depoimentos de Waldir Pires, então Consultor Geral da República sobre a falsidade da atuação do presidente do Senado Auro de Moura Andrade se encontra em GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. Resgatando a Nossa História – Relatório de Atividades Vol 1 – Salvador pg 43/44. A reação de Trancredo Neves à atitude de Auro se encontra em JOSÉ, Emiliano, Waldir Pires – Biografia Vol 1, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2018, pg 28.
- 2) C/ GUERRA, Claudio em depoimento a Marcelo Neto e Rogério Medeiros. Memórias de uma Guerra Suja, Rio de Janeiro, 2012, 281.
- 3) No evento foi distribuído folheto. “Vandick Reider Pereira Coqueiro – Breve História”, elaborado pelo GTNM e APUB a partir do BRASIL – SECRETARIA ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS, COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Direito à Verdade e à Memória, Brasília, Secretaria Especial sobre e Desaparecidos Políticos, 2007, pg 241.
- 4) Para FHC, Bolsonaro diz que não foi golpe “porque não estava lá”, FSP, 6/04/2019 pg A6
- 5) Para a maioria da população, golpe de 1964 deveria ser desprezado, diz Datafolha, FSP, 06/04/2019 pg A5.
- 6) A análise mais detalhada da articulação do golpe se encontra em DREIFUS, René Armando 1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe . Traduzido pelo Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da Universidade de Petrópolis, Vozes, 1981, 814 pg.